

**Diálogos entre a
teoria e a
prática
investigativa:
comentários sobre
a obra de Antonil,
uma operação
historiográfica**

**Enzo Cabral
Fernandes Vieira***

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.
v12i1227-243

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo desenvolver reflexões acerca de uma *operação historiográfica* do livro “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas”, escrito pelo jesuíta André João Antonil (1711). Dessa forma, buscaremos construir uma atividade prática de análise de uma fonte, a partir do estudo de um fragmento da referida obra, que consiste no recorte do primeiro ao nono capítulo do livro I. Assim, à luz dos referenciais teórico-metodológicos do historiador francês Michel de Certeau, destrinchamos o lugar social do autor, o contexto de produção da obra e fizemos uma análise dos discursos contidos no referido recorte. À vista disso, percebemos que o discurso histórico de Antonil é revestido por uma simbiose entre os seus interesses econômicos e religiosos, sendo o nosso recorte uma espécie de guia que orienta como o senhor de engenho deve gerir a sua propriedade e as suas relações com seus trabalhadores — escravizados e livres — para a obtenção de uma maior produtividade em consonância com preceitos do catolicismo do período da colonização do território da América portuguesa. Compreendemos, portanto, que tal operação se configura como uma atividade crucial não apenas para dimensionarmos a relevância dessa fonte para o entendimento de diversos aspectos socioeconômicos que tangenciam parte da história colonial do Brasil, mas também para pensarmos sobre como o estudo desse passado nos ajuda a entender as violências e as desigualdades sociais do Brasil do tempo presente.

Palavras-chave: André João Antonil; Brasil Colônia; Cultura e Opulência; Operação Historiográfica.

* Graduando do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Contato: ecfv@academico.ufpb.br. Agradeço a Professora Solange Pereira da Rocha (UFPB) pela gentileza do seu apoio que possibilitou a construção deste artigo de forma leve e prazerosa.

Introdução

A apuração da sensibilidade do olhar analítico para as fontes históricas é um dos maiores desafios que permeiam os primeiros passos dos estudos históricos, uma vez que o ofício do historiador requer um outro tipo de visão para o tempo e para o espaço. O historiador francês Marc Bloch, no primeiro capítulo da sua “Apologia da História” (2001), aponta que antes de tudo, a História deve ser encarada com os olhos do encantamento, motor gerador de curiosidade e diversão. Entretanto, segundo o autor, para além do encanto, o que separa os curiosos dos legítimos cientistas da História é a construção da observação crítica, o adestramento de olhos que devem possuir domínio metódico e que sejam capazes de identificar e problematizar rastros das ações humanas ao longo do tempo até nos mais “foscos” vestígios históricos. (BLOCH, 2001)

Dito isso, é válido apontar que as formas de observar e de tratar as fontes, assim como o próprio conceito de fontes históricas, mudaram substancialmente ao longo do tempo, sendo essas mudanças uma marca dos movimentos dialéticos que configuram a relação do historiador com os vestígios do passado. Dessa forma, podemos perceber que dentro das produções historiográficas existiram diversas maneiras de observar as fontes, que vão desde a concepção dos documentos como detentores de verdades absolutas – donos de discursos neutros e inalienáveis – até as visões fundadas em subjetivismos que alicerçam uma perigosa visão de que “tudo é narrativa” e a História não passa de um jogo de distintas versões.

À vista disso, o historiador inglês Edward Carr, em sua obra “Que é História?” (1985), aponta os problemas que tangenciam a escrita da História nas extremidades tanto dos fatos quanto das interpretações. Na sua visão, os conteúdos contidos nas

Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica

fontes não necessariamente correspondem ao que, de fato, aconteceu, mas, muitas vezes, ao que o autor queria que tivesse acontecido ou ao que ele pensava que tivesse acontecido. Por outro lado, nos alerta que a história também é constituída por episódios objetivos e relativizar sua concretude em infinitas visões desmancharia seu caráter científico, pois qualquer opinião ganharia status de produção histórica. Assim, para o autor inglês, é no espaço dialógico e dialético entre a objetividade dos fatos e a sensibilidade do olhar subjetivo do historiador que a História deve ser produzida. (CARR, 1985)

É nesse referido espaço sugerido por Carr que o presente trabalho busca fazer uma análise documental de um fragmento do livro “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas”, obra produzida durante a transição do século XVII para o XVIII, pelo padre Jesuíta André João Antonil. O recorte se refere ao trecho que vai do primeiro ao nono capítulo do livro I, capítulos esses que são compostos, no geral, por poucas páginas e carregam consigo uma certa intenção pedagógica, uma vez que constituem uma espécie de sistematização de dicas, as quais orientam como o senhor de engenho governar sua propriedade.

É importante ressaltar que a referida obra foi publicada em Lisboa, no ano de 1711, sendo censurada e recolhida pela Coroa Portuguesa ainda no mesmo ano por, entre outras razões, revelar as riquezas, principalmente as de origens minerais, presentes no território brasileiro. Dessa forma, a maior parte dos exemplares do livro foram queimados, porém, apesar do confisco, a obra conseguiu ser salvaguardada chegando aos dias atuais como uma fonte preciosa para compreender diversos aspectos que tangenciam as relações socioeconômicas do período colonial, sendo a

edição de 2011 – produzida pela editora do Senado Brasileiro – utilizada para a presente análise documental. À vista disso, à luz da perspectiva do historiador Michel de Certeau, em seu livro “A Escrita da História” (2015), examinamos os pormenores dos discursos de Antonil, nos atentando aos interesses econômicos e religiosos provenientes de seu lugar social e do contexto histórico de produção do livro.

Dessa forma, o presente trabalho busca estabelecer diálogos entre a teoria e a experiência prática de análise investigativa, atividade essa por vezes secundarizada nos espaços formativos dos ofícios ligados às áreas da História, mas que são fundamentais para o processo de amadurecimento de historiadores e professores de História. Assim, ressaltamos que tal simbiose – entre teoria e prática – nos ajuda a vivenciar, de forma concreta, os caminhos percorridos para o desenvolvimento necessário para a dita apuração da sensibilidade do olhar analítico do historiador, nos permitindo compreender, a partir da interpretação das fontes, os inerentes diálogos entre o passado e o presente.

O autor e a obra: o lugar social e o contexto histórico de produção da fonte

Como princípio básico para se analisar um documento, o historiador Michel de Certeau nos aponta para a importância da reflexão sobre o lugar social de quem o produziu, tendo em vista que a operação historiográfica passa diretamente pelo estudo da articulação entre o lugar social e o discurso do autor, ou seja, a investigação da inserção do autor no contexto sócio-político-econômico de produção da sua escrita para assim entender as escolhas teóricas e metodológicas que constituem a construção de seu discurso histórico. (CERTEAU, 2015)

Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica

À vista disso, Capistrano de Abreu descobriu, no início do século XX, que Antonil é um codinome do padre jesuíta João Antônio de Andreoni, italiano, nascido na cidade de Lucca (Toscana), em 1649. Andreoni chegou ao Brasil em 20 de maio 1667, a convite do Padre Antônio Vieira, na qualidade de visitador da Ordem Jesuítica (TAUNAY, 2011, pp. 47). Na colônia, exerceu o cargo de Reitor do Colégio dos Jesuítas e foi também uma espécie de Consultor Jurídico da Província do Brasil, ocupando, assim, um lugar de prestígio social, como destaca Eduardo Hoornaert ao definir Andreoni como um ser pertencente ao mundo dos colégios, mundo da elegância, de modos barrocos e suntuosos (HOORNAERT, 1992, pp.55). Outrossim, é válido destacar que Antonil era um letrado que não apenas se preocupava com as obras missionárias na colônia, mas na relação do poder religioso com a administração e a economia do espaço em que estava inserido.

Apesar de fazer parte da Ordem dos Jesuítas, Antonil não se demonstrava contrário à escravização dos povos indígenas, sendo esse um dos motivos de seu conflito com o Padre Antônio Vieira – o qual foi morto por uma conspiração em que o próprio Andreoni participou. Dessa maneira, observar o lugar social do autor nos ajuda a compreender a necessidade desse jesuíta de escrever um manual econômico sobre e para senhores de engenho, cujo objetivo estava associado à necessidade de criar e estabelecer uma série de normatizações para as relações entre os senhores e seus trabalhadores (escravizados ou livres), visando uma produção mais eficaz e rendosa dentro dos preceitos cristãos, traduzindo assim a dialética preocupação dos jesuítas de catequizar e ao mesmo tempo garantir os lucros da Coroa e da própria Ordem. Entretanto, para compreendermos o discurso histórico de Antonil, faz-se necessário uma breve explicação do contexto histórico em que o autor produziu sua obra.

A partir disso, em sua sistematização das situações históricas que configuram os primeiros anos do período colonial no Brasil, João Pacheco Oliveira ressalta que a terceira e última situação é a da *plantation* escravista. Nesse contexto, localizado temporalmente no final do século XVI, a economia colonial, conforme o autor, estava voltada para a exportação do açúcar como sua principal atividade, baseada, principalmente, na mão de obra africana (OLIVEIRA, 2014, pp. 210). Entretanto, o século XVII, mais precisamente o intervalo entre 1640-1680, é marcado como o ponto mais baixo da crise comercial que acarretou na desorganização da economia colonial e numa acentuada queda dos preços do açúcar. A década de 1670 é caracterizada como o auge dessa crise, período em que holandeses, ingleses e franceses começaram a produzir açúcar a preços mais vantajosos na região das Antilhas, principalmente em São Domingos e Barbados (TEIXEIRA DA SILVA, 1990, pp. 68).

É em meio a esse cenário de instabilidade da economia açucareira nas capitanias do Norte (atual região Nordeste) do Brasil, vigente durante a transição do século XVII para o século XVIII, que Antonil produziu sua obra. Paralelamente à crise, ocorreu também a ascensão da atividade mineradora no centro-sul da colônia, evento que causou um significativo deslocamento populacional e dos recursos capitais para a região das Minas Gerais. Assim, o padre jesuíta acreditava que a desvalorização das lavouras foi resultado da ascensão da mineração e é em busca da defesa dos engenhos como o sistema econômico não só mais produtivo, mas também mais benéfico aos princípios cristãos – ou pelo menos aos seus interesses econômicos e religiosos – que Antonil escreveu seu livro (ALEXANDRE, 2007, pp.3).

Vale destacar também que para além do contexto de instabilidade econômica, Antonil elaborou a obra após a formação do Quilombo de Palmares e que o medo da

Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica

insurreição escrava decorrente dessa rebelião marcou profundamente a mentalidade da época e fundamentou, em grande parte, o universo do autor (SOUZA, 2004, pp. 245). Portanto, em meio às nuances do seu contexto histórico de produção, compreendemos que “Cultura e Opulência...” está diretamente atrelado à necessidade de elaborar respostas para algumas questões pertinentes da época, uma vez que a obra não apenas se caracteriza como um livro que busca pontuar a complexidade e a importância econômica e religiosa dos engenhos em um período de crise da atividade açucareira, mas também visa definir novas estratégias para obter um melhor rendimento e um maior controle dos escravizados para, assim, evitar novas fugas e rebeliões desses agentes sociais.

O econômico e o espiritual na obra de Antonil

O presente trabalho está voltado à análise documental de um fragmento da obra “Cultura e Opulência...”, relativo ao recorte que vai do primeiro ao nono capítulo do livro I. Tais capítulos são compostos, no geral, por poucas páginas e carregam consigo uma certa intenção pedagógica, uma vez que constituem uma espécie de sistematização de dicas, as quais orientam como o senhor de engenho deve gerir suas terras, suas relações com os trabalhadores (escravizados e não escravizados) e até com sua própria família. Dessa forma, buscaremos, concomitantemente, descrever o conteúdo abordado em cada um dos nove capítulos que compõem o fragmento e analisar a construção do discurso histórico de Antonil.

No primeiro capítulo do recorte, o autor lista os bens capitais que um senhor de engenho deve ter para uma produção significativa, incluindo nessa lista uma robusta

quantidade de trabalhadores escravizados – que ocupavam diversos cargos como barqueiros, canoeiros, carpinteiros e carreiros – e de trabalhadores remunerados – como um mestre de açúcar, um banqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho e um sacerdote capelão. Além disso, é destacada a enorme diversidade de materiais de trabalho que um senhor deve possuir tanto para o plantio, quanto para a produção dos produtos derivados da cana de açúcar. Assim, Antonil descreve um lugar social ocupado por poucos, que além de demandar muito poder econômico, também requer grandes capacidades, modos e agências na governança de sua "indústria", sendo os próximos capítulos destinados a desvendar como há de ser tal governança.

Dessa maneira, o segundo capítulo busca apontar qual postura que se deve ter ao comprar uma terra, destacando que o senhor precisa se atentar aos conselhos dos lavradores mais experientes e não apenas à "barateza" do preço, devendo conhecer as especificidades que constituem as terras e o espaço do engenho. O padre também destaca que é necessário se fazer atento à consulta dos juízes sobre as condições legais do imóvel, assim como ser zeloso no pagamento do terreno e na conservação dos documentos. Por fim, também é frisado neste capítulo como deve ser a prática do arrendamento das terras, destacando o tempo e as condições impostas para tal negociação. Antonil, entretanto, adverte sobre os cuidados que devem permear a escolha dos lavradores e a necessidade de deixar evidente as condições legais do arrendamento, pois, na visão do autor, é fundamental que "os que pedem arrendamento sejam fazendeiros e não destruidores da fazenda [...] [para isso] se não de pôr as condições [...] que se julgarem necessárias para que algum deles, mais confiado, de lavrador se não faça logo senhor (ANTONIL, 2011, pp. 89).

Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica

O terceiro capítulo possui uma dinâmica que se repetirá nos próximos, a qual perpassa pelas normas de como deve ser a relação entre senhores e trabalhadores no engenho. Neste capítulo, o padre parte de uma crítica à soberba dos senhores de engenho – opinando que “quem chegou a ter título de senhor, parece que em todos quer dependência de servo” (ANTONIL, 2011, pp. 90) – para se tratar da relação dos senhores com os lavradores. Para isso, Antonil aconselha que os donos de engenho não devem ser arrogantes, mas sim afáveis e amigos de seus lavradores, sendo justos e verdadeiros com eles na divisão do trabalho e dos produtos. O autor se demonstra contrário à ganância e à cobiça, destacando que os senhores também não devem possuir inveja de seus vizinhos produtores. Dessa forma, o valor moral se apresenta como um pilar de muitos dos argumentos do padre jesuíta, uma vez que os preceitos cristãos – como o combate aos pecados capitais da ganância e da inveja – são elementos basilares das suas instruções.

Ademais, no quarto capítulo, Antonil destaca que o primeiro oficial a ser escolhido – com bastante cautela e prudência – pelo senhor deve ser o capelão, um sacerdote responsável pela consciência religiosa e pela disciplina moral no engenho, ensinando os fundamentos do cristianismo para a família e para os escravizados e recebendo uma alta remuneração de quarenta ou cinquenta mil réis por seu trabalho (ANTONIL, 2011, pp.95). Nota-se que, nesse capítulo, há no discurso do autor uma nítida integração da esfera religiosa com a econômica, sendo a moral cristã a ideologia que está sobreposta às relações de produção. Portanto, o clero, na visão de Antonil, deve estar diretamente agregado à hierarquia estabelecida, sendo parte fundamental da estrutura socioeconômica dos engenhos. (ALEXANDRE, 2007, p.11)

Por conseguinte, os quatro capítulos posteriores (V, VI, VII e VIII) tratam, respectivamente, de como o senhor deve escolher: o feitor-mor e os demais feitores; o mestre de açúcar e o sotomestre; o purgador do açúcar; e o caixeiro do engenho – enfatizando os deveres e as obrigações desses profissionais e suas respectivas remunerações. Esses capítulos, apesar de descritivos, dimensionam perfeitamente a complexidade e a diversidade das relações trabalhistas presentes nos engenhos, sendo o efetivo cumprimento desses ofícios fundamentais para o funcionamento das atividades produtivas. De forma que o autor possui uma visão um tanto quanto organicista da organização socioeconômica dos engenhos, atribuindo a cada “peça” um valor fundamental para o bom funcionamento da produção. Na visão de Antonil, o senhor é a cabeça, os escravos são os pés e as mãos e os feitores os braços, partes que, conforme o padre, compõem um sistema hierárquico consistentemente funcional (SOUZA, 2004, pp. 247)

Assim, sobre o feitor-mor e os demais feitores, os quais Antonil destaca serem os braços do Senhor de Engenho, o autor aponta que suas funções passam pela governança e repartição das tarefas dos escravos, sendo esses agentes diretamente responsáveis pela ordem e disciplina no engenho. Contudo, adverte que o senhor deve estar atento ao estabelecimento de limites sobre o poder dos feitores: “[...] Eu não digo que se não dê autoridade aos feitores; digo que esta autoridade há de ser bem ordenada e dependente, não absoluta, de sorte que os menores se hajam com subordinação ao maior, e todos ao senhor a quem servem.” (ANTONIL, 2011, pp. 97). O jesuíta não apenas delimita as dimensões hierárquicas entre senhores e feitores, mas também reflete sobre a própria conduta dos feitores para com os escravizados. Sobre isso, ele aconselha tais trabalhadores a amenizarem o castigo aos escravizados, pois:

Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica

“de nenhuma maneira se deve consentir o dar coices, principalmente nas barrigas das mulheres que andam pejadas, nem dar com pau nos escravos, porque na cólera não se medem os golpes, e pode ferir mortalmente na cabeça a um escravo de muito préstimo, que vale muito” (ANTONIL, 2011, pp.98).

Pode-se inferir, a partir desses trechos, que Antonil fundamenta seus argumentos considerando a hierarquia das relações de trabalho – e a própria escravidão – como elementos naturais que dão sentido ao processo de produção, uma vez que “Antonil não concebe outra forma de produção a não ser a que tem por essência a produção de sobretrabalho” (SOUZA, 2004, pp.243). Mais que isso, o controle dessas relações se apresenta como uma condição primordial para o senhor de engenho obter sucesso em seu empreendimento. E é baseado numa perspectiva estritamente utilitária que se dá sua rejeição ao castigo físico sofrido pelos escravizados, pois, para o autor, a violência contra esses trabalhadores é contraproducente, acarreta prejuízos e possibilidades de suicídio e de fuga.

Essas considerações sobre como deve ser a relação entre senhores e escravos está posta mais precisamente no nono capítulo da obra, que ao nosso ver é o trecho mais importante do nosso recorte. A maior atenção ao capítulo IX ocorre por consideramos que é nele que se melhor identifica a dupla articulação dos argumentos de Antonil, os quais passam tanto pelos ideais econômicos quanto religiosos, representando fidedignamente a associação existente entre as preocupações voltadas ao lucro e à conversão religiosa dos escravizados, interesses próprios ao seu lugar social de representante da ordem jesuítica no Brasil.

Retomando a ideia do engenho como um organismo social, o padre inicia o

capítulo afirmando que: “os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço” (ANTONIL, 2011, pp. 106). O que sucede essa passagem é a descrição das qualidades e defeitos provenientes das origens dos escravizados, nomeando os mulatos como os melhores para qualquer ofício, apesar de serem “soberbos e viciosos”. Tais ideias reafirmam a visão do escravo como uma mercadoria, cuja legitimação se dá por natureza econômica por ser, na concepção do autor, a única forma de gerar riquezas para a Colônia.

Dessa forma, o que se busca, neste capítulo, é construir alguns caminhos para se desenvolver uma maior e mais eficaz produtividade advinda do trabalho escravizado em um período de instabilidade da economia açucareira. Os argumentos desenvolvidos por Antonil para engendrar tais medidas não passavam apenas pelos apontamentos técnicos, mas pela junção do discurso econômico com o religioso. Assim, o autor põe o batismo e o respeito às necessidades básicas dos escravizados como responsabilidade dos senhores de engenho na sua condição de católicos, uma vez que “descuidando-se dos seus escravos, se hão com eles pior do que fossem infiéis” (ANTONIL, 2011, pp. 108). Em outra passagem, a qual diz respeito à rejeição às duras penas, o autor alerta que “castigar com ímpeto, com ânimo vingativo [...] não seria para se sofrer nem entre bárbaros, muito menos entre cristãos católicos” (ANTONIL, 2011, pp.110).

Outrossim, a compreensão do castigo excessivo como uma expressão anti-produtiva e anti-cristã levou o autor a sugerir, de forma controlada e moderada, a prática de expressões religiosas sincréticas como pertinentes para o cotidiano de

Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica

trabalho dos escravizados, reconhecendo que “seus folguedos, são o único alívio do seu cativeiro” (ANTONIL, 2011, pp.110) e avisa “[...] não lhes estranhem os senhores se criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito”(ANTONIL, 2011, pp.110). Ademais, ainda é válido destacar que Andreoni menciona o evento bíblico das Pragas do Egito como uma forma de alertar os possíveis castigos que Deus pode conceder aos senhores pelo alheamento às condições dos seus escravos, uma vez que: “clamarão de tal sorte a Deus, que os ouvirá e fará aos senhores o que já fez aos egípcios, quando avexavam com extraordinário trabalho os hebreus, mandando as pragas terríveis contra suas fazendas” (ANTONIL, 2011, pp.109).

É pertinente frisar que a aproximação dos discursos religiosos com os temas econômicos não é um fenômeno exclusivo da América Portuguesa, sendo a obra de Antonil, como analisa Rafael Marquese, em seu texto “Antilhas francesas e inglesas, América portuguesa, 1650-1720” (2004), uma expressão da chamada “teoria cristã do governo dos escravos”, presente também em textos impressos, como os de Jean-Baptiste Du Tertre (1667 e 1671) e Morgan Godwyn (1680), tanto nas antilhas francesas quanto nas inglesas. Esses impressos, produzidos pelos mais diversos atores religiosos visavam, como fica bem clara na obra de Antonil, normatizar as relações entre senhores e escravos mesclando discursos economicistas com alguns dos princípios bíblicos. Tais relações discursivas, como aparecem nos trechos do padre jesuíta, eram pautadas na objetividade e na disciplina, traços que evidenciam a ligação do ideal de escravidão com a racionalidade econômica proposta pelo pensamento moderno.

Portanto, levando em consideração o lugar social e o contexto histórico de produção da obra, assim como a análise dos discursos feitas no fragmento destacado acima, podemos inferir que os interesses motivadores para a produção do livro “Cultura e Oportunidade...” estão diretamente ligados à necessidade de Andreoni, enquanto figura de destaque da ordem jesuítica, de defender o sistema socioeconômico dos engenhos de açúcar durante o período de ascensão da atividade mineradora na região das Minas Gerais. Dessa forma, em meio a um período de iminente mudança do quadro econômico colonial, o religioso defende, de certa maneira, a continuidade da hegemonia da economia açucareira e dimensiona o papel preponderante do catolicismo nesse sistema, enxergando nos engenhos não só o caminho mais propenso para o desenvolvimento de lucros para a Coroa – e para a Ordem da qual ele faz parte –, mas também para a conversão da população negra cativa atrelada a esse sistema.

Considerações finais

Levando em consideração os elementos os quais constituem os testemunhos presentes em “Cultura e Oportunidade...”, podemos afirmar que o livro de Antonil chega à atualidade como uma fonte que nos permite compreender a complexidade e a amplitude das relações trabalhistas nos engenhos de açúcar, relações essas formadas por múltiplos agentes, com diferentes ofícios e que atendiam a diferentes graus de hierarquia. O documento também nos evidencia os pontos de convergência entre o poder espiritual e temporal no período colonial, sendo os membros da Igreja Católica importantes componentes que pensavam e articulavam o projeto colonizador junto à Coroa. Além disso, a obra também nos faz perceber as tensões e as disputas que

Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica

compuseram a coexistência de duas atividades econômicas no Brasil Colônia, as quais, por muito tempo, foram vistas pela historiografia como “ciclos”, constituindo uma errônea concepção de cadeias sucessórias da economia colonial.

Ademais, “Cultura e Opulência...” nos proporciona a identificação do ritmo das próprias mudanças das relações sociais nos engenhos, nos fazendo perceber como as modificações dos quadros econômicos influenciam, de forma concreta, o funcionamento e as visões de mundo de uma sociedade. Contudo, essas transformações não trouxeram mudanças efetivas na condição de vida dos escravizados no Brasil, mas apenas novas estratégias – mais utilitárias e produtivas – de exploração e dominação da mão de obra desses agentes sociais.

Assim, considerando as especificidades da escravidão enquanto uma instituição juridicamente legal e socialmente aceita na época, os relatos de Antonil nos permite refletir sobre um processo de longa duração (constituído mais por permanências que transformações sociais) que permeia as estruturas senhoriais, patriarcais e racistas da sociedade brasileira, fundadas durante a colônia e perpassadas ao longo dos séculos, nos ajudando a compreender – ao olhar para o passado – as violências e as assimetrias sociais que compõem a história do Brasil.

Referências:

ALEXANDRE, Luís Fernando Pessoa. Antonil e as instituições coloniais do Brasil Colônia na virada do século XVII para o século XVIII: uma análise das relações entre o poder espiritual e o poder temporal. In: **Anais do Iº Encontro do GT Nacional de História**

das Religiões e Religiosidades - ANPUH: identidades religiosas e História, 2007. pp. 1-12.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: Senado Brasileiro, 2011[1711], pp. 83-113.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARR, Edward. **Que é história?** Tradução Lúcia Maurício de Alverga. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução Maria de Lourdes Menezes; Revisão Técnica de Arno Vogel - 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

HOORNAERT, Eduardo. A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Paulinas/vozes, 1992, pp. 55.

MARQUESE, Rafael de B. "Antilhas francesas e inglesas, América portuguesa, 1650-1720". In MARQUESE, Rafael B. **Feitores do Corpo, Missionário da Mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp. 19-68.

OLIVEIRA, João Pacheco. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil Colonial, Volume I,**

(1443-1580). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.167-228

SOUZA, Ricardo L. Antonil e a escravidão sem mistérios. **História & Perspectivas**, Uberlândia/MG, n. 29/30, 2003/2004, pp. 239-253.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. Antonil e sua obra. In: ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: Senado Brasileiro, 2011. pp.17-62.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Conquista e colonização da América portuguesa: o Brasil-

Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica

Colônia – 1500-1750. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9ª Ed. Revista e Atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. pp. 33-94.